

Brasília, 23 de fevereiro de 2022

Aos Membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural

C/C À Sra. Larissa Peixoto
Presidente do Iphan

Assunto: Esclarecimentos sobre a posição dos servidores do Iphan filiados à ASMINC quanto à troca de correspondências entre a Presidência do Iphan e o Conselho Consultivo

Senhores (as) Conselheiros (as),

Ao cumprimentá-los respeitosamente, vimos externar a posição dos servidores do Iphan filiados à Associação de Servidores do Ministério da Cultura / ASMINC diante da menção aos servidores do Instituto na resposta elaborada pela Presidente e pelos Diretores do Iphan (cf. Ofício nº 14/2022/GABPRESI/PRESI-Iphan, de 19/02/2022) e dirigida aos representantes de instituições da sociedade civil que compõem o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Primeiramente, gostaríamos de externar nossa surpresa com a resposta institucional para o *Requerimento de Reunião Extraordinária* com a Presidência do Iphan (cf. Requerimento de 27/01/2022), sobretudo porque a motivação legitimamente alegada pelos representantes da sociedade civil no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural foi a quantidade de notícias veiculadas pela mídia a respeito de problemas na execução da política federal de preservação do patrimônio cultural; ou seja, questões preocupantes para a sociedade civil brasileira e que deveriam ser alinhadas e discutidas em uma instância como o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Em segundo lugar, lembramos que a representação trabalhista é garantida pela Constituição Federal, no Inciso III. Assim, a voz dos servidores do Iphan é veiculada por meio de entidades representativas dos servidores (a exemplo da ASMINC), da CONDSEF, através do Departamento de Cultura e seus Sindicatos Locais afiliados, não podendo ser invocada em contextos alheios aos dos debates e deliberações dessas esferas, que são exigidos para legitimar o posicionamento do conjunto de servidores filiados. Soma-se a isso o fato de que a atuação e as decisões de cunho político de dirigentes de qualquer governo que ocupem cargos nesta Autarquia Federal não se relacionam com a atuação técnica dos servidores efetivos do quadro de pessoal deste órgão.

Ressaltamos ainda que os servidores da Cultura, filiados representados pela ASMINC, e pelo DEC/CONDSEF, não se sentiram insultados ou ofendidos pelo requerimento de reunião apresentado pelos Conselheiros, **mas, pelo contrário, colocaram-se como solidários ao requerimento e consideram urgente e indispensável que os dirigentes do Iphan aprofundem o diálogo, a consulta e a observação dos ritos previstos na instância do Conselho Consultivo para abordar questões**

sensíveis das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, assim como tem ocorrido ao longo das décadas de existência do Instituto.

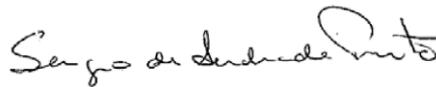
Por fim, consideramos que reuniões como a requerida pelos Conselheiros fortalecem o trabalho comprometido dos servidores do Iphan, na medida em que aprofundam a reflexão sobre a gestão da preservação do patrimônio cultural e estimulam o cumprimento dos princípios básicos da administração pública, o fomento à cultura da transparência e o desenvolvimento do controle social da administração, a fim de atender ao interesse público.

Assim, sendo o que havia para o momento, subscrevemo-nos.

Respeitosamente,



MICHEL CORREIA
Departamento de Cultura
CONDSEF/FENADSEF



SERGIO DE ANDRADE PINTO
Presidente da ASMINC
em nome dos Servidores do Iphan filiados à ASMINC